

LEITURA ENCARCERADA: UMA FLOR DE LÓTUS NA APRENDIZAGEM SOCIAL E EDUCATIVA

Karin Ferreira Borges, UFU
Mical de Melo Marcelino, UFU

Este trabalho apresenta as linhas-mestras e os primeiros resultados de uma pesquisa em desenvolvimento no campo leitura em espaços prisionais. A pesquisa vem sendo desenvolvida na APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, da cidade de Ituiutaba-MG. Os encontros se organizam em rodas de conversa, metodologia cara às ações de Educação Popular, e versam sobre as leituras literárias realizadas de modo compartilhado ou individual. A pesquisa procura investigar quais os efeitos da prática da leitura numa perspectiva global, que inclui a leitura da palavra e, sobretudo, a leitura do mundo. Parte do princípio de que a literatura, enquanto elemento partícipe na formação do homem por confirmar a nossa condição humana, pode desempenhar um papel educativo e ser importante ferramenta na reconstrução de sujeitos em condição de risco social.

Palavras-chave: Educação prisional – Leitura - Literatura

A presente pesquisa surgiu de inquietações decorrentes de três momentos interligados. O primeiro momento surge a partir de uma reportagem apresentada num programa de televisão do canal TV Cultura, no segundo semestre do ano de 2009, onde se discutia os campos de atuação de um Pedagogo. Nessa reportagem uma pedagoga relatou um pouco sobre seu trabalho como educadora e orientadora pedagógica em um presídio fechado da cidade de São Paulo, após aquela ocasião me vi interessada nessa área de atuação e assim parti para a busca de novos conhecimentos.

O segundo momento ressalta-se a partir de experiências vivenciadas nas disciplinas presentes na grade curricular do curso de Pedagogia, das quais houve relação com minha área de interesse e a busca de novos conhecimentos sobre a área prisional. As disciplinas que me auxiliaram numa nova descoberta para determinar o campo de pesquisa aqui relatado foram: Pesquisa em Educação, Construção do Conhecimento em Língua Portuguesa e Alfabetização, Princípios Éticos Freireanos e Antropologia Cultural.

No contexto da disciplina de ensino de Língua Portuguesa e alfabetização, pude compreender a importância do ato de ler e escrever, e também constatei no que diz respeito ao trabalho como produções de texto. Assim nas disciplinas relacionadas aos princípios éticos e antropologia, tive a oportunidade de compreender o outro como ser

social, de problematizar a respeito das concepções de homem e sociedade, aplicarem o exercício da autenticidade, além de envolver a percepção de homem implicada num processo de abertura para compreender a realidade histórica, política e educacional para além das aparências. Contudo na disciplina de pesquisa pude desenvolver um trabalho final apresentando como exigência onde pesquisei um pouco mais sobre a Educação Prisional e sua importância para a sociedade.

Por fim o terceiro momento desta pesquisa deriva-se também com o conhecimento desenvolvido em outra pesquisa acadêmica, com cunho de Iniciação Científica realizada no ano de 2010, pela PIBIC/ FAPEMIG (sem remuneração), esta investigação denominava-se como: “O ensino da leitura na história da educação no Brasil” na qual foi realizada uma pesquisa bibliométrica que teve início a partir de uma análise sobre o histórico do campo da leitura, na qual foi destacado que, nos últimos vinte anos tem crescido sensivelmente a produção de trabalhos no país, que tematizam a leitura em vários de seus aspectos. Essas produções são focadas no campo de análise do ensino da leitura e da escrita na escola, no esforço de formar alunos-leitoras-escretores ou de formar professores-leitores-escretores.

Diante das várias faces desses devidos momentos, a pesquisa que ora se propõe busca investigar o ato da leitura como favorecimentos sociais aos condenados dentro de um sistema privativo de liberdade. Em outras palavras interessa-nos desenvolver e acompanhar atos de leitura com os detentos existentes na APAC- Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, da cidade de Ituiutaba-MG, acreditando que o ato da leitura tem uma função social e educativa aos detentos .

Diante dos momentos aqui destacados pude ter alguns indícios sobre os poucos trabalhos que ressaltam a temática a ser desenvolvida. Especialmente na pesquisa bibliométrica desenvolvida em que pude destacar o campo da leitura no Brasil.

Na primeira etapa do trabalho desenvolvido consultei o *site* do sistema *Scielo*, no qual buscamos as revistas da área de ciências humanas e, a partir delas, catalogamos artigos científicos produzidos no Brasil entre 1990 a 2010, cujos títulos abordam a temática da Leitura. Em um segundo momento, pesquisarei *sites* de todas as bibliotecas *online* de universidades federais do Brasil para que assim possamos compreender a constituição do campo da História da Leitura no Brasil. Juntamente com a professora-orientadora analisamos as etapas relatadas e partimos para a constituição de categorias utilizadas nas produções científicas nacionais. Assim, conforme indicações de Robert Darnton (1990), mapeamos “quem”, “o quê”, “onde”, “quando”, “como” e o “por que”

da leitura no Brasil. Observa-se, com isso, que houve impulsos de diferentes áreas de conhecimento.

Por meio dessa catalogação pudemos perceber que ainda temos pouco material acadêmico no qual se discute a História de Leitura no Brasil e a ausência da discussão sobre a temática da leitura em sistemas prisionais e que este é um campo ainda visto como confuso (sem uma especificidade no campo teórico-metodológico). A maior dificuldade encontrada na coleta dos dados foi a compreensão dos significados do termo “leitura” e como é classificado esse assunto nos artigos encontrados. Percebemos que é possível a constituição de diferentes categorias de análise, visto que a temática da leitura é compreendida de modo diferente nos artigos catalogados, ora como apenas uma forma do ato de ler, ora como o aprendizado do saber ler e escrever (alfabetização) ora como efeito da literatura, ora como modos de re-contação de histórias, ora na perspectiva psicanalista, ora a literatura como referência bibliográfica, ora como análise de algum material didático utilizado nas escolas ou na literatura acadêmica.

Mediante esse trabalho de pesquisa bibliométrica aproveitei para me servir de uma busca de meu interesse, onde considerei: as práticas de leitura em educação prisional. Nessa observação destaquei ao todo 32 trabalhos especificados em: artigos, dissertações e teses acadêmicas com abordagem sobre a temática da Educação Prisional. Dentre esses 03 apresentavam como foco presídios femininos e mulheres encarceradas; 12 apresentavam a organização e o currículo do sistema educacional dentro das prisões, como também as relações de poder existentes; 10 proporcionavam a reabilitação social e políticas de formação como eixo principal; 05 a formação de professores no sistema prisional; e apenas 02 trataram da temática da leitura nas prisões como ato social. Sendo assim, parti desse *corpus* levantado para a obtenção de uma nova pesquisa a ser desenvolvida, pois como fica claro existe uma ausência de trabalhos desenvolvidos nessa temática que engloba a leitura no sistema prisional.

Diante do exposto e com vistas a lidar com os questionamentos anteriormente elaborados, a pesquisa que ora se propõe, pretende investigar na prática, como se dá o processo da leitura na recuperação e reintegração social dos condenados, partindo de uma concepção de leitura que inclui:

- (a) Concepção de leitura (decodificação mecânica dos signos lingüísticos)
- (b) Exercício de ler (diferentes formas de leitura)
- (c) Leitura como ato social

Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa é:

- ✓ Investigar qual a concepção de leitura e como ela ocorre dentro da APAC, com vista a observar os índices e tipos de leitura que acontece no estabelecimento de análise.

Deste objetivo, decorrem os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Observar como a leitura pode mediar processos internos;
- ✓ Sublimar (estética da recepção)
- ✓ Observar que aspectos (manejo daquele que ensina a ler/promove a leitura; contato com a leitura/ práticas de leitura) podem levar um sujeito a se repositonar com relação ao ato de ler.

Assim o presente trabalho tem como objetivo refletir sobre as atuais práticas de leitura entre jovens e adultos detentos do sistema prisional, além de abordar e quanto isto o tem prejudicado em seu dia-a-dia, seja no âmbito escolar, social ou profissional.

Ler não é decifrar, como num jogo de adivinhações, o sentido de um texto. É, a partir do texto, ser capaz de atribuir-lhe significado, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e, dono da própria vontade, entregar-se a esta leitura, ou rebelar-se contra ela, propondo outra não prevista. (LAJOLO, 1982, p. 59).

A pesquisa deverá se desenvolver na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados- APAC, da cidade de Ituiutaba-MG. O trabalho focará detentos condenados a penas privadas de liberdade nos regimes fechado, semi-aberto e aberto. Nessa perspectiva, será desenvolvido com os detentos rodas de conversa e atividades em volta da temática leitura, com foco específico na literatura.

Assim, os materiais de análise contituir-se-ão da seguinte forma:

- (a) Escritas no “diário de campo” para análise e reflexão sobre o andamento da pesquisa.
- (b) Tipos de textos a serem utilizados para a busca de uma demanda maior pelos detentos: Contos; Crônicas; Poemas e Trechos de livros.
- (c) Pensar os procedimentos de leitura: Leitura compartilhada; Leitura silenciosa e Leitura prévia ao encontro.

De acordo com os dados coletados no *site* da associação, o “objetivo da APAC é promover a humanização, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu

propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar.

A principal diferença entre a APAC e o sistema carcerário comum é que, na APAC, os presos (chamados de recuperandos pelo método) são co-responsáveis pela recuperação deles, além de receberem assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestadas pela comunidade. A segurança e a disciplina são feitas com a colaboração dos recuperandos, tendo como suporte funcionários, voluntários e diretores das entidades, sem a presença de policiais e agentes penitenciários. Além de frequentarem cursos supletivos e profissionais, eles possuem atividades variadas, evitando a ociosidade. A metodologia APAC fundamenta-se no estabelecimento de uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e o envolvimento da família do sentenciado. A valorização do ser humano e da sua capacidade de recuperação é também uma importante diferença no método APAC. Um outro destaque, refere-se à municipalização da execução penal, ou seja, o condenado cumpre a sua pena em presídio de pequeno porte, com capacidade para, em média, 100 (cem) recuperandos, dando preferência para que o preso permaneça na sua terra natal e/ou onde reside sua família.”.

A escolha desse espaço para o desenvolvimento da pesquisa veio a partir da descoberta de outros projetos já desenvolvidos anteriormente nessa mesma instituição, ou seja, esse é um ambiente com diversos diálogos com a Universidade Federal de Uberlândia- Campus Pontal, nesse sítio houve trabalhos desenvolvidos pelos cursos de Serviço Social e Administração. Outro aspecto para a escolha da associação foi destacado pelos métodos e objetivos em que a instituição se ampara para uma nova construção de cidadania e sociedade.

Trata-se, então, de uma pesquisa a ser realizada nos moldes da pesquisa qualitativa que dá primazia ao processo e não apenas ao produto final.

1. O SISTEMA PRISIONAL: RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO

- Muito já se foi escrito sobre as prisões em geral, sobre as condições de vida dos prisioneiros. Houve alguns filmes também, e muita gente acredita que sabe o que se passa atrás das grades... Isso pode tornar difícil o seu trabalho?

- Não. É preciso compreender bem quem somos nós. Não encenamos a comissão de inquirição, não é nosso papel. Um

grupo de informação que procura, provoca, reparte informações, que baliza alvos para uma ação possível, eis o que queremos ser. (FOUCAULT, 1971, p. 05)

De acordo com Foucault (1975) “A forma prisão nasce muito antes de sua introdução no sistema penal” (p.151), afinal na era punitiva não se tinha uma compreensão de prisão, mas sim de punição, as punições existem desde que o homem começou a se organizar em grupos, isso fez com que surgisse a necessidade de disciplinar quem violasse as normas da vida coletiva. Assim surge, o novo ideal de poder em que tornou a cidade mais punitiva, vigiada e disciplinada.

Na história da sociedade destacamos momentos que demonstram esse ideal de uma sociedade punitiva e disciplinar, como podemos destacar na antiguidade não se tinha o conhecimento sobre a privação da liberdade como sanção penal. Nesse período o encarceramento se localizava em aposentos e palácios em ruínas, castelos abandonados, calabouços, torres e conventos desativados sem qualquer condição de humanizar, os condenados eram postos ali simplesmente para a espera do julgamento ou a espera da execução. Já na era do escravismo utilizava-se da punição quando um grupo confrontava com outro, esse confronto era visto do seguinte modo, o grupo de escravo que fossem derrotados tornavam-se submissos aos vencedores e como pena ficavam conhecidos como escravos de guerra. Por fim na Idade Média, segundo Foucault (2002) a punição era vista como um espetáculo onde a força, a guilhotina e a amputação de membros agradavam aos espectadores (povo) ali presente, os penalizados eram postos ao público para angustiarem suas dores e serem tidos como modelo punitivo a toda a sociedade.

No Brasil, Carvalho Filho (2002), citado por Barreto (2005, p.11) apresenta que;

Conforme apresentado por CARVALHO FILHO (2002) em seu livro “**A Prisão**”, consta que a primeira “cadeia” em nosso país data de 1551, em Salvador, Bahia, onde se instalou a sede do governo geral do Brasil. A mesma era vista como uma “cadeia muito boa e bem acabada com casa de audiência e câmara em cima [...] tudo de pedra e barro, rebocadas de cal, e telhado com telha”. (Russell-Wood in CARVALHO FILHO, 2002, p. 36).

Até a Independência as prisões das grandes cidades localizavam-se no andar térreo das Câmaras dos municípios e eram administradas pelo poder público, já as prisões de cidades menores ou vilas localizavam-se em casas ou cômodos alugados. Essas prisões não eram cercadas por muros, o que permitia os condenados manterem contato mesmo que entre as grades com a população que transitava pelo local, e que

lhes entregavam alimentos, esmolas e informações. Isso era pertinente devido ao descaso social em que eram tratados.

Segundo Koener (2006, p. 210),

Em caracterização resumida, as cadeias públicas municipais eram depósitos de pessoas, sem segurança contra fugas nem condições de higiene, e nelas eram recolhidos indivíduos de todo tipo, desde pessoas livres condenadas, que respondiam a processo criminal ou em prisão civil, até escravos ou negros suspeitos de serem escravos fugidos, e também vadios, loucos, índios, prostitutas, bêbados, etc.

Essa calamidade permaneceu durante anos, e assim apenas em 1821 as autoridades demonstram preocupação com o estado das prisões no Brasil. Assim em 1824 com a Constituição aboliu-se a tortura, a marca de ferro quente, entre outras crueldades aos condenados e determinou que os presídios públicos fossem limpos, seguros e arejados, extinguindo a masmorra em que os detentos eram condenados. Mas, “a pena de morte foi abolida no ano de 1890, dando início ao regime penitenciário de caráter confessional, no intuito de ressocializar e reeducar o preso” (BARRETO, p.12).

Em toda a história sabemos que o Brasil sempre importou principalmente da Europa, modelos prontos de experiências de prisões, assim Koerner (2006, p. 212) ressalta dizendo;

É neste contexto que, em 1833, o governo imperial toma as providências para a construção de uma Casa de Correção na Corte. Adotou-se um projeto elaborado em 1826 por uma sociedade inglesa de melhoramento das prisões, o qual previa uma construção “estilo panóptico”, com quatro raios, com duzentos cubículos cada um, totalizando 800 celas. Em cada raio haveria quatro andares, que comportariam cinquenta cubículos por andar, cada qual com 2,64 m de comprimento, 1,65 m de largura e 3,08 de altura, totalizando 4,3 m². As celas seriam distribuídas ao longo de um corredor central, havendo também corredores externos. Como regime disciplinar, adotava-se o trabalho em comum durante o dia, em completo silêncio, e isolamento à noite nos cubículos (Alburn). As oficinas seriam intercaladas com os raios, enquanto, na torre central, se situariam a casa do diretor e a capela.

Embasando nesses moldes atentaram-se para a construção no Brasil de dois modelos de Casa de Correção, sendo um no Rio de Janeiro e em São Paulo, entre os anos de 1850 e 1852, o que vinha simbolizar a entrada na nova era da modernidade punitiva. No entanto, segundo o *Relatório da Comissão Inspetora da Casa de Correção da Corte de 1874*, a prisão foi construída de um modo diferenciado ao modelo concebido pelo projeto europeu. (KOERNER, 2006). Pois, apresentavam resquícios de um país escravista e repressivo, além de possuir ainda calabouços destinados a abrigar

escravos fugitivos. Com o descaso, a falta de lugar apropriado e a absoluta miséria alguns prisioneiros foram enviados para Fernando de Noronha, mas a calamidade permaneceu e em 1872 o presídio abrigava em torno de 1340 condenados ainda em estado de indigência.

Infelizmente o descaso permaneceu por longo período, e no ano de 1930 surgem às chamadas “prisões modernas”, chamadas por estudiosos e juristas como “instituto de regeneração modelar”, esta por sua vez oferecia o mais moderno de estrutura prisional, no entanto utilizava do tratamento sobre seus criminosos como doentes e a cadeia como hospital e forma de regenerá-lo. O maior exemplo desse descaso sobre a prisão no Brasil, vem a partir da Casa de Detenção de São Paulo, localizada no bairro Carandiru esta por sua vez denominada como “Complexo do Carandiru” ficou mundialmente conhecida pela miséria do seu interior, pelas fugas, violência, rebeliões e principalmente pro massacre de 111 presos no ano de 1992, pela Polícia Militar. O “Complexo do Carandiru” foi desativado em 15 de setembro de 2002 e batizado como “fim do inferno”, os presos restantes foram encaminhados para presídios menores e afastados da zona urbana.

Mediante todo esse contexto histórico sobre o sistema prisional, em especial brasileiro destacamos que os muros das prisões segregam duas populações, distintas entre livres e uma comunidade rejeitada, excluída. Toda essa punição, a estrutura arquitetônica e poder deixa-nos claro que “rejeitadores não querem contato com os rejeitados” (BARRETO, 2005, p 14).

Diferentemente do sistema carcerário vigente, surge então as APAC's, das quais são vistas como um sistema de proteção aos condenados. Nesse espaço os apacanos assim chamados, são expostos em um sistema diferenciado. Dentro da APAC são oferecidos a eles, oficinas, cursos de formação, palestras, entre outros. Eles passam o dia realizando tarefas obrigatórias e de formação, e a noite são postos em celas comuns. Um outro diferenciamento vemos no tratamento da gestão da APAC com os apacanos, não é utilizado força física e armas de fogo, tudo é resolvido em forma de diálogo e valorizando o detento como cidadão.

2. A PESQUISA: PRIMEIROS RESULTADOS

2.1 Prisão e educação: relações (im)possíveis

Falar de educação é, por excelência, falar de desafios e complexidades. Devido à diferença entre a escolarização regular e a de jovens e/ou adultos que cumprem medidas ou penas sócioeducativas. A inclusão de tal discussão no universo de um sistema prisional traz, porém, outros complementos semânticos.

O contexto educacional é sempre visto com fortes embates, como exemplo: preconceitos e resistências; experiências e frustrações; sonhos e possibilidades; entre outros. Mas, notamos que estes encontros são ainda mais intensos quando se trata de seres humanos que trazem consigo um conhecimento sócio-histórico e institucional de um sistema caracterizado, pela repressão e pela naturalização da impossibilidade. Em geral, é destacado que muitos destes detentos apresentam um histórico de abandono escolar e múltiplas repetências, devido os caminhos pessoais cruzados pelas drogas ou pela violência. Com isso se faz necessária a importância de que essa população excluída passe então a fazer parte, minimamente, da cota de educandos do país.

Neste sentido, o quadro começou a ser mudado após a criação da Constituição Brasileira de 1988, Seção I, Artigo 205 que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado (...)”, como também do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, que determinou que as unidades de internação fossem “ambientes de respeito e dignidade” demonstrando assim, que a educação com qualidade é direito de todos, sem distinção.

Assim no convívio com os recuperandos e de acordo com os relatos feitos durante as rodas de leitura, a relação deles com a escolarização são ditas como mínima; poucos tiveram um bom desempenho educacional, ou se quer terminaram o ensino médio, há também analfabetos. E essa falta de escolarização sofre grande influencia no trabalho que vem sendo desenvolvidos, muitos demonstram vergonha ao ler um texto em voz alta ou escrever um texto, alegando não saber ler e escrever direito. Acabam demonstrando também que vêem a escola como algo fundamental na vida e aproveitam da oficina de leitura para irem suprindo o defasamento educacional que convivem.

2.2 A experiência da leitura literária

Como já referido a pesquisa procura investigar quais os efeitos da prática da leitura numa perspectiva global, que inclui a leitura da palavra e, sobretudo, a leitura do mundo. Assim, partindo do princípio de que a literatura, enquanto elemento participe na formação do homem confirma a nossa condição humana, além de desempenhar um

papel educativo e ser uma importante ferramenta na reconstrução de sujeitos em condição de risco social. Quanto à significação que os detentos dão à literatura e sua leitura, durante os encontros que já realizamos, depreendemos algumas delas. Essas significações deverão nos servir como categorias de análise para pensarmos os possíveis modos de ler literatura mobilizados pelos sujeitos da nossa investigação.

A seguir, apresentamos algumas delas, extraídas das escritas realizadas pelos detentos no oitavo encontro e de falas registradas em diários de campo:

(a) Literatura como sublimação

“Eu vou voltar às oficinas de leitura porque me ajudam a sair da depressão”

(b) Literatura como possibilidade de ampliação

“A leitura me faz conhecer novos mundos”

(c) A literatura como entretenimento

“Ajuda a passar o tempo de reclusão.”

(d) A literatura como pretexto para ampliação de habilidades linguísticas.

O pessoal que diz que tem vontade de aprender a ler ou melhorar o português para participar melhor das oficinas.

3. PRÓXIMOS PASSOS DA PESQUISA

Nesse estágio da investigação, podemos vislumbrar alguns dos necessários próximos passos. Dentre eles devemos aprofundar as funções da literatura na formação do homem como apontam CANDIDO e, TODOROV. Além de discutir uma concepção de literatura, visto que, estão sendo utilizados nas oficinas textos considerados cânones, literatura marginal, letras de música, entre outros. Como também a possibilidade epistemológica da teoria da recepção, discutida por JAUS e ISER.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, 1972.

DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. Denise Buttman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Disponível

em <<http://www.dac.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=55>> Acessado em 19 de outubro de 2013.

FERREIRA, Livia Andrade; FRANÇA, Robson Luiz de. **O trabalho no sistema prisional: benefícios, conflitos e contradições**. Uberlândia-MG: UFU, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **Vigiar e punir: nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo: **A importância do ato de ler**. São Paulo, Cortez, 1989

GABRIEL, Diana. **(De) Formação de Adultos em Contexto Prisional: Um Contributo**. 2007. 135 f...Monografia de especialização, Universidade do Ponto.2007

GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação** (capítulo sobre Leitura em tempos de crise)

KLEIMAN, Ângela. **O impacto da leitura para o aprendiz adulto**. Revista Pátio. 2005, fevereiro/abril, Ano IX, nº.33, p. 14, 15, 16, 17.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e Leitor: Aspectos cognitivos da leitura**. São Paulo: Pontes, 2002.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1982.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores e leitura**. São Paulo: Contexto, 1997

MARTINHO, Ancilla de Maria Gomes. **A educação como um processo de “ressocialização”no sistema prisional: limites e possibilidades**. In: IX Encontro, Araguaína, 2008, p.236-240.

PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2009

POCHMANN, Márcio. PORTUGUES, Manoel Rodrigues. **Educação de Adultos Presos: possibilidades e contradições da inserção da Educação Escolar nos Programas de Reabilitação do Sistema Penitenciário**. São Paulo, 2001, Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

SMITH, Frank. **Compreendendo a leitura – uma análise da psicolinguística da leitura e do aprender a ler**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.